

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.718 - SP (2019/0004815-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : SEICO SERVIÇO INTERNACIONAL DE COMÉRCIO LTDA
AGRAVANTE : REINALDO PASCHOAL
ADVOGADOS : CRISTIANO MEDINA DA ROCHA - SP184310
AKEO ANTONIO TSUTSUI E OUTRO(S) - SP155294
RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS - SP302940
AGRAVADO : ASSOCIACAO CIVICO CULTURAL DO JUVENTUS DA VILA JACUI
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIANA SALOMÃO CARRARA - DEFENSORA PÚBLICA - SP304596

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) ausência de contrariedade aos artigos de lei indicados, (b) incidência da Súmula n. 7/STJ, e (c) falha na comprovação do dissídio jurisprudencial (e-STJ fls. 843/845).

O acórdão do TJSP traz a seguinte ementa (e-STJ fl. 1.242):

APELAÇÃO - Ação de manutenção de posse - Sentença de procedência – Preliminar de cerceamento de defesa afastada - Ré que almeja o depoimento pessoal de seu próprio representante legal – Impossibilidade - Só é dado a uma das partes requerer o depoimento pessoal da outra, por força do preceituado no artigo 385, "caput", do CPC/2015, pois que o objetivo maior desse meio de prova é obter a confissão espontânea ou provocada do oponente sobre fatos relevantes à solução da causa - Campo de futebol – Clube Juventus – Associação autora comprovou posse da área desde os anos 70 - A posse sempre foi exercida de maneira pública e notória – Esbulho por parte dos réus caracterizado – Sentença mantida – Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 1.297/1.307).

No recurso especial (e-STJ fls. 1.328/1.377), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, os recorrentes apontaram violação do art. 355, I, do CPC/2015, argumentando existir cerceamento de defesa, porque o julgamento antecipado da lide os teria impedido de produzir as provas necessárias para demonstrar a inexistência de exercício possessório da parte recorrida sobre a área litigiosa.

Indicaram dissídio jurisprudencial e ofensa aos arts. 1.198 e 1.208 do CC/2002, aduzindo que estariam ausentes os requisitos necessários ao deferimento da proteção possessória concedida à recorrida, a fim de mantê-la na posse do imóvel litigioso. Nesse contexto, alegaram que a parte recorrida seria mera detentora do bem, além de que utilizaria o espaço, a título de tolerância e permissão, o que descaracterizaria a prática de atos possessórios.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ fls. 1.402/1.409).

No agravo (e-STJ fls. 1.431/1.452), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 1.456).

É o relatório.

Decido.

O aresto impugnado está assentado em fundamentos autônomos não rebatidos pela parte recorrente. Com efeito, o Tribunal *a quo* rejeitou a preliminar de cerceamento de defesa devido ao julgamento antecipado da lide, porque os recorrentes (e-STJ fls. 1.302/1.303):

(i) "realizaram pedido genérico relativo à produção de prova oral (itens 2 e 5 do histórico processual), de sorte que deixaram de precisar quais seriam as eventuais testemunhas, bem como de justificar a pertinência da prova conforme outrora requerido pelo douto Juízo de piso (item 1 do histórico processual)", e

(ii) "pleitearam o depoimento pessoal da própria empresa SEICO, conforme demonstrado no item 2 do histórico processual. Olvidaram-se, portanto, de que a uma das partes só é dado requerer o depoimento pessoal da outra, por força do preceituado no artigo 385, *caput* do CPC/2015, pois que o objetivo maior desse meio de prova é obter a confissão espontânea ou provocada do oponente sobre fatos relevantes à solução da causa”.

Esses fundamentos não foram impugnados no recurso excepcional, do que resulta a incidência do obstáculo erigido pela Súmula n. 283/STF.

No mais, a Justiça de origem afastou o suposto vício processual, tendo em vista que (e-STJ fls. 1.243/1.245):

De início, afasta-se a alegação do cerceamento de defesa por não se possibilitar aos apelantes a instrução processual que almejavam, uma vez que as provas pelas quais se batem são absolutamente irrelevantes ao julgamento do feito.

O mérito é solucionado de tal sorte que o depoimento pessoal do representante legal das partes não poderia, de maneira alguma, alterar o seu desfecho.

Afora isso, não se pode perder de vista que ao juiz, na condição de destinatário das provas, é dado apreciar o pedido formulado com base em provas que entender suficientes para a formação de seu convencimento, motivo pelo qual, ao constatar a inutilidade de diligências requeridas pelas partes, deve indeferi-las, evitando, assim, que atos meramente protelatórios acabem retardando a entrega da tutela jurisdicional.

(...)

A controvérsia versa sobre a alegação de que a apelada utilizava a área litigiosa a título precário, por mera permissão dos apelantes.

Objetivando confirmar suas assertivas, os recorrentes requereram, às fls. 716, “produção de prova pericial, testemunhal, documental e depoimento pessoal do representante legal da requerida para provar os fatos alegados em sua peça de defesa” grifei.

(...)

Ainda que assim não fosse, certamente o relato do representante legal da ré serviria tão somente para reproduzir, uma vez mais, os argumentos trazidos em sua contestação.

Com relação à produção de prova testemunhal, vê-se que tal pedido foi realizado de forma genérica, deixando de expor os fatos sobre os quais eventuais testemunhas poderiam esclarecer o douto Juízo.

Não bastasse, curial ressaltar que foi produzida farta prova documental, assim como

pericial.

Ao rejeitar os aclaratórios, o colegiado esclareceu ainda que (e-STJ fls. 1.301/1.302):

Ao contrário do que os embargantes querem fazer crer, não há, no caso em tela, contrassenso entre o afastamento da alegação de cerceamento de defesa e a conclusão de não ter a parte logrado provar seu direito à luz das provas idôneas e motivadas produzidas nos autos.

Deveras, embora possa parecer que o julgado padeça de contradição, na verdade o que se verifica no caso em tela é que o julgamento antecipado da lide se encontra calcado na ineficiência e, até mesmo, na ausência de justificação das provas pleiteadas pelos embargantes, enquanto o não acolhimento da sua pretensão vem alicerçada no fato de que eles, ao contrário da embargada, não lograram demonstrar a sua posse por intermédio das provas coligidas nos autos e consideradas eficazes ao desfecho da lide.

Afinal, a preliminar de cerceamento está fundamentada no indeferimento de produção de prova oral, notadamente, testemunhal e depoimento pessoal da parte contrária. Todavia, como fora esclarecido no v. acórdão, o mérito foi solucionado de tal sorte que a produção de prova oral não poderia, de maneira alguma, alterar o seu desfecho.

Dissentir das conclusões do acórdão impugnado para acolher a tese de insuficiência probatória, conforme sustentado pelos recorrentes na insurgência recursal, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ. Nesse contexto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APRECIACÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. REANÁLISE DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela possibilidade de julgamento antecipado da lide, considerando desnecessária a realização de novo exame de DNA, tendo em vista a falta de comprovação de qualquer irregularidade ou vício no exame realizado extrajudicialmente. Alterar tal conclusão demandaria nova análise dos elementos fáticos, inviável em recurso especial.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.152.898/PR, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 23/8/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, PARÁGRAFO 1º, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. REEXAME DE PROVAS.

(...)

2. Rever a conclusão do aresto impugnado quanto à inexistência de cerceamento de defesa encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.068.815/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA,

TERCEIRA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 25/8/2017.)

Ademais, segundo a jurisprudência do STJ, "sendo o juiz o destinatário da prova, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o entendimento pelo julgamento antecipado da lide não acarreta cerceamento de defesa" (AgInt no REsp n. 1.429.272/MA, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES – Desembargador convocado DO TRF 5ª REGIÃO –, QUARTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 20/8/2018).

Do mesmo modo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS ATESTADAS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Segundo o princípio da livre persuasão racional, a dilação probatória destina-se ao convencimento do julgador. Assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas por entendê-las irrelevantes para a formação de sua convicção ou meramente protelatórias ao andamento do processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual. Com isso, pode o magistrado julgar antecipadamente a lide quando concluir que a questão controvertida é unicamente de direito ou que as provas já apresentadas com a exordial e com a peça de defesa são suficientes para o deslinde da controvérsia.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.205.281/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/3/2018, DJe 26/3/2018.)

Estando o acórdão impugnado em sintonia com a jurisprudência assente neste Tribunal Superior, incide a Súmula n. 83/STJ, que se aplica como óbice tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto àqueles fundamentados pela alínea "a" do permissivo constitucional.

O Tribunal *a quo* reconheceu que a parte recorrida comprovou a posse da área em disputa e sua turbação pelos recorrentes, motivo por que confirmou a manutenção dela na posse do imóvel, conforme se depreende do seguinte excerto (e-STJ fls. 1.246/1.248):

Depreende-se dos autos que o campo de futebol em comento é área remanescente da desapropriação que se operou para a construção e prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego à Rodovia Ayrton Senna. Além da referida área, também foi desapropriada outra parcela do imóvel pela Petrobrás para instituição de servidão de passagem (oleoduto), conforme matrícula de fls. 46/47.

Foram juntados aos autos documentos oficiais da Prefeitura de São Paulo que atestam a existência do campo de futebol sob administração da associação autora (fls. 68/69). Verifica-se, ainda, que o clube Juventus Cívico Futebol Clube foi fundado em 11.02.1951, conforme documento expedido pelo Conselho Municipal de Esportes (fls. 77).

Os relatórios de vistoria, realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo em 1996, confirmam que o campo de futebol do Clube Juventus estava “bem conservado” (fls. 80//6).

Chama igualmente a atenção o fato de que as atas de 1951 e 1969 comprovam a realização de eventos culturais na área do campo de futebol, com a participação do poder público (fls. 61/64). Há, outrossim, convites direcionados à autora, por meio dos

quais a Câmara Municipal convida-a para participar de evento comunitário, em 1962 (fls. 57), e o Prefeito Municipal, para inauguração do Viaduto do Glicério, em 1969 (fls. 59).

Ademais, curial ressaltar que a posse da apelada sobre o campo de futebol sempre foi exercida de maneira pública, conforme fotos, notícias e declarações de moradores (fls. 111/145).

Mas não é só, porquanto o laudo pericial, por meio de fotos aéreas do local tiradas pela empresa Empls, concluiu pela existência de posse da autora sobre a área litigiosa desde os idos de 1970 (fls. 879/880):

(...)

Por outro lado, não se ignora que os apelantes compraram a área em 13.02.1973, conforme certidão de fls. 380/382. Todavia, a apelada não nega que parte do terreno está na posse dos réus.

Os requeridos se limitam a sustentar que a requerente é mera detentora da área, porquanto autorizou a utilização do campo de futebol pelos membros de diversas associações.

Contudo, não restou demonstrado que os demandados venham exercendo posse efetiva sobre o campo de futebol, tampouco que a associação recorrida apenas esteja conservando a posse da área sob instrução dos apelantes.

Vale dizer, os recorrentes não lograram provar a existência de eventual relação entre os litigantes que pudesse desabonar a posse da requerente.

Assim sendo, malgrado a propriedade da totalidade da área seja dos apelantes, a associação apelada, possuidora do campo de futebol, detém direito a proteção de sua posse contra atos de turbacão e esbulho, nos termos do art. 560 do CPC/2015.

Por derradeiro, a turbacão da posse também restou comprovada.

Afinal, os próprios réus afirmaram que tentaram realizar obras no local, mas foram impedidos pelos representantes da autora, lavrando, inclusive, Boletim de Ocorrência (fls. 538/539).

De rigor, consequentemente, a manutenção da r. sentença.

No recurso declaratório frisou-se que (e-STJ fls. 1.304/1.305):

Não bastasse, o julgado deixou claro que a posse da embargada sobre o campo de futebol, anterior à aquisição da área pelos embargantes, sempre foi exercida de maneira notória, conforme fotos, notícias e declarações de moradores (fls. 111/145), envolvendo a realização de eventos esportivos, sociais e culturais, inclusive com a participação do poder público.

Não há como ultrapassar as conclusões do Tribunal de origem sem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Por fim, o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico do acórdão recorrido e dos arestos paradigmas, de modo a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015), ônus dos quais os recorrentes não se desincumbiram.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator